

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.357 - RJ (2019/0052701-3)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : LIELZA DE LIMA BARBOSA RIGUES**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **LIELZA DE LIMA BARBOSA RIGUES**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 272):

*PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DOENÇA PREEXISTENTE CONSTATADA. RECURSO PROVIDO.*

*- Apelação cível face à sentença que julgou procedente o pedido de concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, desde o indeferimento administrativo (21/10/2009) até a data da perícia (26/01/2016), quando deverá ser convertido em aposentadoria por invalidez.*

*- Em análise dos documentos acostados aos autos, como o relatório médico do INCA e o CNIS, em conjunto com a perícia judicial, depreende-se que a doença que acomete a Autora, de fato, é preexistente, tendo, inclusive, a parte autora feito sua primeira contribuição no mesmo dia em que foi diagnosticada com um quadro de câncer, o que demonstra o caráter de extemporaneidade.*

*- Em observância ao artigo 42, § 2º e ao artigo 59 da Lei 8.213/91, faz-se impossível a concessão do benefício requerido pela Autora, visto que "A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão."*

*- Recurso provido.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 291/296).

Nas razões do apelo especial, aponta o recorrente violação dos arts. 535, do C`C/73; 42 e 59, da Lei 8.213/91.

Sustenta, em síntese, que: (I) existe omissão no julgado, e (II) "... não há razão para se negar o benefício previdenciário por incapacidade, se a incapacidade decorrente de progressão da doença ocorreu em data posterior à aquisição da qualidade de segurado, ainda que o diagnóstico da doença tenha ocorrido em data pretérita." (fl. 307).

Contrarrazões às fls. 324/329.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação não comporta acolhimento.

Inicialmente, é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. Nesse mesmo sentido são os seguintes precedentes: **AgRg no REsp 1.084.998/SC**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12/3/2010; **AgRg no REsp 702.802/SP**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma DJe 19/11/2009, e **REsp 972.559/RS**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe de 9/3/2009.

No mais, o Tribunal Regional, para dirimir a celeuma instaurada acerca do momento da incapacidade laboral da parte autora, a fim de aferir se presente a qualidade de segurado, baseou-se no conjunto fático-probatório existente nos autos, como se denota do seguinte trecho, extraído do acórdão recorrido (fl. 270):

*O INSS, em sede de apelação, alega que a doença apresentada pela Autora é anterior ao seu ingresso no RGPS. Assim sendo, tendo em vista que a perícia judicial foi capaz de afirmar categoricamente a data de início da incapacidade, em 24/01/2007, resta analisar se, na data em questão, a Autora já se encontrava incapaz.*

*Em análise dos documentos acostados aos autos, como o relatório médico do INCA (fl. 124) e o CNIS (fls. 196/198), em conjunto com a perícia judicial, depreende-se que a doença que acomete a Autora, de fato, é preexistente, tendo, inclusive, a parte autora feito sua primeira contribuição no mesmo dia em que foi diagnosticada com um quadro de câncer, o que*

*demonstra o caráter de extemporaneidade.*

*Com isso, em observância ao artigo 42, § 2º e ao artigo 59 da Lei 8.213/91, faz-se impossível a concessão do benefício requerido pela Autora, visto que <sup>U</sup>A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão."*

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, a fim de se verificar se o surgimento da incapacidade ocorreu ou não, após o reingresso ao Regime Geral da Previdência Social, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, anatem-se os seguintes julgados:

**PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ANÁLISE DE DOENÇA PREEXISTENTE OU NÃO À FILIAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.**

*1. A teor da jurisprudência desta Corte, a análise da preexistência ou não de doença à época da filiação ao RGPS, bem como a aferição da progressão ou agravamento da patologia implicam, necessariamente, reapreciação do contexto fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial, tendo em vista o disposto na Súmula 7/STJ. Precedentes: AgRg no REsp 852.856/SP, Rel. Ministra Alderita Ramos de Oliveira, Sexta Turma, DJe 11/10/2012; AgRg no AREsp 237.139/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 24/9/2013; AgRg no AREsp 410.225/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5/12/2013; AgRg no AREsp 402.361/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 4/12/2013; AgRg no AREsp nº 478.414/CE, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 6/5/2014.*

*2. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 411.946/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 18/06/2014)**

*PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. Consoante art. 24, parágrafo único, da Lei 8.213/1991, havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.*

*2. No presente caso, o Tribunal a quo entendeu não preenchidos os requisitos necessários à concessão da aposentadoria por invalidez, a saber: 1) a qualidade de segurada, 2) a invalidez preexistente ao requerimento; 3) a carência mínima. Entender de modo diverso, exige o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.*

*3. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas colacionados, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada caso.*

*4. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 440.749/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe 26/03/2014)**

*AGRAVO REGIMENTAL - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - ART. 42, § 2º, DA LEI Nº 8.213/99 - ANÁLISE DE DOENÇA PREEXISTENTE OU NÃO À FILIAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ - PRECEDENTES.*

*1. A análise da preexistência ou não da moléstia à época da filiação ao RGPS, bem como acerca da progressão ou agravamento dessa em momento posterior à perda da condição de segurado, implica, necessariamente, o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, medida vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Precedentes.*

*2. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 237.139/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 24/09/2013)**

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**

